

Laboratório de Projetos Sociais da Universidade Federal de São Paulo

Social Project's Laboratory at the Federal University of São Paulo

Douglas Mendosa¹

Resumo

O Laboratório de Projetos Sociais (LPS) foi realizado no formato de curso de extensão universitária na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), campus Osasco, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), sob a coordenação de professor da instituição com experiência na utilização de metodologias de aprendizagem baseada em projetos. O principal objetivo da proposta foi o de capacitar seus participantes para a elaboração e gestão de projetos sociais. Durante o curso, os participantes tiveram que executar um projeto cujo objetivo principal era o de atender uma ou mais demandas apresentadas por organizações da sociedade civil (OSC). Estas instituições estão articuladas em torno da experiência pedagógica pelo professor responsável, não existindo obstáculo para que os participantes do LPS, muitos dos quais integrantes e ou conhecedores de organizações diversas, articulam-se novas parcerias ao Laboratório. Dos 12 grupos organizados durante o curso, 09 conseguiram atender às demandas das organizações. Além da capacitação dos participantes, a experiência do LPS mostrou-se fundamental para a ampliação da inserção da universidade na sociedade, tornando-se um agente ainda mais relevante no contexto social, político, econômico e territorial da região metropolitana de São Paulo. Como desafio destacou-se um significativo índice de abandono do curso (cerca de um a dois membros por grupo) ao longo de toda sua duração, o que implicou na sobrecarga de trabalho para aqueles que continuaram até o fim da execução dos projetos.

Palavras-Chave: extensão universitária, aprendizagem baseada em projetos; gestão de projetos; organizações da sociedade civil, projetos sociais.

Abstract

The Social Projects Laboratory (SPL) occurred as a university extension course in the School of the Policy, Economics and Business, campus Osasco, Federal University of São Paulo (Unifesp), and was organized by teacher of the institution with experience in use of learning methodologies based on projects. The main objective of the proposal was to enable the participants to the development and project management. During the course, participants had to run a project whose main objective was to meet one or more demands presented by non-governmental organizations (NGOs). These organizations are articulated around the teaching experience by the class teacher, with no obstacle to the participants of the SPL, many of which members and or knowledgeable of various organizations, articulate new partnerships to the laboratory. Of the 12 groups organized during the course, 09 were able to meet the demands of organizations. In addition to the training of participants, the experience of SPL proved to be essential for the expansion of the university's role in society, becoming an even more important player in the social, political, economic and territorial cohesion of the metropolitan region of São Paulo. How challenges, there was a significant dropout rate (about one to two members per group) throughout its duration, which resulted in the workload for those who continued to the end of projects.

Keywords: university extension; Project-based learning; project's management; non-governmental organizations; social projects.

¹ Professor Adjunto da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Graduado em Ciências Sociais, com mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Email: douglasmendosa@gmail.com

1. Introdução

O que se relata a seguir é a experiência do primeiro curso de extensão universitária “Laboratório de Projetos Sociais” (LPS), realizado na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), campus Osasco, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Ocorrido no segundo semestre de 2015, o Laboratório foi organizado por professor da instituição com larga experiência na utilização de metodologias de aprendizagem baseada em projetos (AMARAL & MATSUSAKI, 2016). O principal objetivo do curso foi o de capacitar seus participantes para a elaboração e gestão de projetos sociais. Sua peculiaridade está no fato de que os alunos deviam executar um projeto real durante o curso, ou seja, deviam colocar em prática imediata os princípios e conceitos que aprendiam em sala de aula.

Em sua primeira edição no campus Osasco, o LPS contou com a participação de pessoas externas à Universidade como funcionários públicos, pessoas ligadas às organizações da sociedade civil e moradores da região com perfil e ocupação diversos. Além disso, houve participação de alunos e funcionários da instituição.

Partimos do pressuposto de que a Extensão Universitária tem por objetivos criar e fortalecer os vínculos da Universidade com a sociedade, permitindo que os diferentes saberes e aprendizados, próprios a cada um destes domínios, circulem e sejam acionados reciprocamente. No caso do LPS, por meio da articulação entre participantes do curso e um conjunto de organizações da sociedade civil (OSC), criaram-se redes de diferentes agentes envolvidos ou que pretendem engajar-se em ações específicas de superação da vulnerabilidade social em suas mais diversas manifestações.

Este relato e suas observações não foram feitos com propósitos avaliativos, conforme explicitado para o professor responsável pelo Laboratório desde o seu início. Deste modo, nada podemos dizer a respeito da efetividade, eficiência ou eficácia da experiência observada. Ao apontarmos seus traços mais significativos, apresentamos alguns comentários relativos aos objetivos gerais do curso, sem que isso implique em qualquer apreciação das técnicas empregadas e de seus resultados.

O presente relato resultou da adoção do método etnográfico, ou seja, de “um modo de acercamento e apreensão” de uma determinada realidade de forma “densa, descritiva e reflexiva”, valendo-se de categorias dos “nativos”, isto é, do organizador e dos participantes do Laboratório, e dos esquemas teóricos e conceituais inerentes à posição do observador. Neste sentido, o relato etnográfico – aqui baseado na observação da quase totalidade das sessões do curso e em informações fornecidas por seu ministrante² – dá origem a um material novo, que articula e põe em contraste os diversos enfoques presentes no campo sem reduzir-se a nenhum deles (MAGNANI, 2002).

Mas, além da descrição densa e reflexiva de uma experiência de extensão universitária na área de gestão social, as notas aqui apresentadas constituem uma fonte inicial de questionamentos e elaborações a respeito das dimensões sociais, territoriais e políticas de determinadas práticas comumente rotuladas como auto-interessadas e, portanto, fartamente analisadas a partir de um viés economicista, isto é, de um viés que reduz a ação social a um comportamento centrado na busca egoísta da satisfação de interesses individuais. Assim, também é objetivo deste relato o de elaborar perspectivas a respeito da ação social solidária, evitando-se tomá-las apenas como momentos excepcionais de “elevado altruísmo” de agentes sociais “egoístas”, mas procurando compreendê-las como ações que revelam seus fundamentos de modo duplo: como busca por objetivos individuais de aprimoramento técnico e como formação de redes colaborativas.

A seguir, apresentamos mais informações a respeito do curso e do contexto de sua realização. Em um segundo momento apontamos para algumas características específicas desta primeira edição do Laboratório como curso de extensão universitária, finalizando o relato com indicações a respeito dos objetivos alcançados, dos desafios e aprendizados.

² Agradeço ao professor João Alberto Arantes do Amaral pela permissão de observar o Laboratório de Projetos Sociais, bem como sua colaboração e apoio na publicação deste relato. Eventuais omissões e equívocos são atribuíveis somente ao autor.

2. Contexto e características gerais do LPS

O campus Osasco foi aberto em 2011, como resultado da adesão da Unifesp ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Até então voltada exclusivamente para a área da saúde e com um único campus na cidade de São Paulo, a expansão da Unifesp a partir de 2006 resultou na criação de cinco novos campi³ espalhados pela Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e para além desta. Os municípios selecionados para sediar os novos campi possuem características bastante específicas, embora aqueles que pertencem legalmente à RMSP – Guarulhos, Diadema e Osasco – podem ser definidos conjuntamente em função de sua posição limítrofe e periférica em relação à capital paulistana. Esta situação territorial é determinante para a compreensão de como as características sociais, econômicas e políticas destas cidades resultam das múltiplas relações mantidas com o centro dinâmico e mais desenvolvido que é São Paulo. Historicamente, os municípios situados ao redor de um polo altamente industrializado tornaram-se a representação mais negativa do que são as periferias, especialmente em função das precárias condições de vida de suas populações, geralmente dependentes da dinâmica econômica do centro industrial. No entanto, estudos recentes apontam para a importância de desconstrução de uma imagem monolítica a respeito dos espaços urbanos e intraurbanos classificados como periferias e quase sempre identificados a situações de violência, abandono e desigualdades extremas. Se as distinções espaciais entre centro e periferia têm como um de seus pilares a distribuição desigual de riqueza, é preciso atentar como novas diferenciações podem ser construídas, mesmo no interior de espaços tidos como homogêneos, em função do acesso a diferentes serviços públicos ou redes sociais presentes nestes territórios (MARQUES, 2010).

Dados recentes da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) apontam, por exemplo, que houve um aumento da participação dos municípios da RMSP no que se refere ao total de ocupados no período de 1985 a 2014. Assim, ao passo que todas as sub-regiões registraram acréscimos, apenas a cidade de São Paulo registrou um decréscimo na proporção de ocupados da região metropolitana (de 68,2 para 57,7%). A sub-região Oeste⁴, na qual se situa Osasco, passou de 6,7 para 8,1% no mesmo período. Certamente, tais dados “refletem os efeitos de relativa desconcentração das atividades do município de São Paulo em favor das demais cidades da RMSP” (Cf. FUNDAÇÃO SEADE, 2015, p.03).

Entretanto, no que se refere ao desemprego, é interessante notar que a comparação entre o município de São Paulo e a sub-região Oeste evidencia o impacto diferenciado que a recente trajetória econômica do país tem sobre os trabalhadores destas localidades. Ao passo que em 1985 a taxa de desemprego em São Paulo atingia 11,4%, na sub-região Oeste ela alcançava 13,9%. Em 2000 essa distância se agravou, dada a taxa de 16,1% para o primeiro caso e de 21,1% para o segundo, maior valor registrado entre as regiões da RMSP até então. Em 2014, em função do ciclo de crescimento no decênio anterior, verificou-se também a capacidade de resposta distinta da mesma sub-região quando comparada as demais, inclusive ao município de São Paulo. Naquele ano, a sub-região onde está Osasco apresentou a menor taxa de desemprego: 10% (Idem, ibidem).

Por outro lado, ao olhar para o rendimento médio real dos assalariados nos anos de 2000 e 2014, percebemos que ainda persistem os efeitos acumulados da centralidade de São Paulo ao longo do tempo. Em 2000, os moradores da capital receberam em média (valores deflacionados) R\$ 2525,00 contra R\$ 1695,00 moradores da sub-região Oeste. Para janeiro de 2015 tais valores foram, respectivamente, R\$ 2131,00 e R\$ 1701,00. (Idem, ibidem, Anexo Estatístico). Embora a diferença tenha se reduzido, persiste a desigualdade de rendimentos de uns e outros, indicando possivelmente a permanência, no caso da sub-região Oeste, do acesso a postos de trabalho que exigem menos escolarização formal (Cf. LOLOIAN, 2013, p.06).

³ Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco.

⁴ A sub-região Oeste da RMSP é composta pelos municípios de Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba.

A inserção de novos campi na região metropolitana tem por objetivo geral, entre outros significados e sentidos, o de apoiar e dar sustentação direta a um projeto de desenvolvimento social em que a redução das desigualdades sociais e econômicas possa materializar-se por meio do aumento real da renda média do trabalhador com maior escolarização formal. Obviamente a realização efetiva deste objetivo dependerá de processos de longo prazo e, certamente, não estará isento das vicissitudes impostas por projetos alternativos para o país e que provavelmente ganharão proeminência nos próximos anos em função de deletéria crise econômica que passou a sentir-se de modo mais agudo a partir de 2014.

De fato, em meio às inúmeras possibilidades de superação da desigualdade e de criação do novo em territórios como as regiões metropolitanas, deparamo-nos constantemente com a reiteração do velho, isto é, com a persistência de estruturas sociais negadoras da igualdade e promotoras da exclusão. No mesmo dia do segundo encontro do Laboratório, repetiu-se na sub-região Oeste a prática de violação do direito humano mais fundamental: o direito à vida. Ao anoitecer daquele dia, no mesmo momento do em que ocorriam as atividades do LPS, 17 pessoas foram executadas em duas cidades da região: 14 em Osasco e 03 em Barueri. Os principais suspeitos são policiais militares que teriam agido para vingar as mortes, ocorridas em dias anteriores, de um policial militar e de um guarda. Um ano após o fato, 03 policiais e 01 guarda-civil identificados como autores do crime ainda aguardavam decisão da Justiça sobre a possibilidade de irem a julgamento ou de terem o caso arquivado. Entre as vítimas identificadas, que possuíam entre 15 e 41 anos de idade, encontravam-se um pintor, um artesão, um auxiliar de escritório, um mecânico, um operador de máquinas, um estudante, entre outros. Enfim, moradores da região para os quais a universidade não poderá realizar sua missão e objetivo.

2.1 O LPS fora e dentro da Eppen

O Laboratório de Projetos Sociais (LPS) é iniciativa de um professor da EPPEN da subárea de formação “Estrutura de Células de Negócios”, cujo enfoque é

“a ênfase na prática concreta de formulações e experiências letivas e de pesquisa na interface dos saberes sobre elaboração de projetos, e as técnicas de gestão que possam servir de campo de experimentação empírica para cada forma de conhecimento específico de cada um dos cursos de ciências sociais aplicadas” (UNIVERSIDADE, 2015).

Os cursos de graduação⁵ da Eppen foram concebidos em uma lógica de formação multidisciplinar e interprofissional, de modo que o aluno “vivencie experiências e tenha sua formação integrada a todos os cursos oferecidos” na Escola (Cf. UNIVERSIDADE, 2015). Por isso, à formação específica, articula-se um Eixo Multidisciplinar por meio do qual os alunos dos cinco cursos podem trocar experiências de ensino e aprendizado em torno de temas e objetos de estudo que transcendem as fronteiras disciplinares super especializadas. Constituinte do Eixo Multidisciplinar, a subárea “Estrutura e Células de Negócios” é responsável por um conjunto de disciplinas práticas e teóricas de:

“capacitação pró-ativa para a construção de cenários, elaboração de projetos e resolução de problemas, reforçando a dinâmica do trabalho organizacional, bem como o desenvolvimento de habilidades de planejamento e prospecção” (UNIVERSIDADE, 2015).

Ainda que esta seja a primeira experiência do Laboratório de Projetos Sociais (LPS) como curso de extensão gratuito e aberto a toda comunidade, é preciso destacar que sua origem está em atividade similar, destinada exclusivamente a pagantes, empreendida por seu proponente em instituição privada de ensino e pesquisa, ao longo de 13 anos. Assim, um dos fatores motivadores da replicação do curso em uma modalidade totalmente aberta a comunidade, baseia-se em experiências bem sucedidas de seu autor em ambiente profissional ligado ao desenvolvimento de competências e habilidades para o mundo corporativo.

5 Atualmente: Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais.

3. Características específicas deste projeto

O objetivo central do curso é o de capacitar os participantes na elaboração e gestão de projetos em sentido amplo, e não apenas aos chamados “projetos sociais”. Por isso, a metodologia empregada lançou mão de diversos princípios, técnicas e dinâmicas comuns a métodos de elaboração e gestão de projetos incorporados nas práticas rotineiras de gestores no mundo corporativo, nas organizações civis e na administração pública.

O elemento diferenciador da metodologia empregada assenta-se em duas características bastante motivadoras e inovadoras no cenário das instituições que ofertam cursos similares na modalidade “especialização” (lato sensu). São elas (i) o planejamento e execução de um projeto real ao longo do curso e (ii) a articulação entre participantes do curso e organizações da sociedade civil (OSC) com o intuito de alcançar objetivos e resultados propostos como “temas” por estas organizações. Vale destacar que a mesma metodologia, isto é, a elaboração e gestão de um projeto visando ao atendimento de uma demanda concreta, também é empregada no ensino regular da unidade curricular “Elaboração e Gestão de Projetos”, componente dos cursos de graduação da Eppen.

O LPS estruturou-se em 15 encontros semanais de 2 horas cada. Logo no primeiro encontro foram apresentados a metodologia e o principal resultado a ser esperado com vistas à avaliação para a obtenção do certificado de participação no curso: o planejamento e execução de um projeto cujo objetivo principal era o de atender uma ou mais demandas propostas por organização da sociedade civil (OSC). Estas estão articuladas em torno curso pelo professor responsável desde o período em que o mesmo era ministrado em instituição privada de ensino, não existindo obstáculo para que os participantes do LPS, muitos dos quais integrantes e ou conhecedores de organizações diversas, articulam-se novas parcerias ao Laboratório. Aliás, foi deste modo que boa parte da rede de OSC que integram a iniciativa foi estruturada: por meio da indicação de participantes que vincularam ao projeto executado ao longo do curso uma entidade do terceiro setor com a qual tinham algum vínculo ou conhecimento prévio, ou ainda, por meio da intersecção de distintas redes integradas pelas organizações e pelas quais se difunde a informação e a oportunidade de participação em iniciativas como a do LPS.

Também no primeiro encontro os participantes foram convidados a organizar-se em grupos com o objetivo de escolher conjuntamente qual(s) demanda(s) seria objeto de atenção do grupo. As demandas, por seu turno, foram apresentadas mais detalhadamente no segundo encontro. Neste, os grupos tiveram contato com os representantes das OSC participantes. No contexto do curso, o contanto contínuo com esses representantes atendia a uma das premissas fundamentais do planejamento e gestão de projetos que é a capacidade da equipe responsável em compreender a dimensão e a necessidade efetiva da organização demandante. Portanto, era imperioso que desde o princípio fossem estabelecidos canais permanentes de diálogo, por onde foram construídos entendimentos comuns acerca do objeto e dos objetivos visados. Além desse contato durante a apresentação dos “temas de projeto”, ou seja, das demandas das OSC, os participantes foram convidados a visitar as organizações e a comunicar-se periodicamente com o interlocutor designado para representar a entidade junto à equipe de participantes do LPS.

Uma das marcas do que chamamos de “Organizações da Sociedade Civil” (OSC) no Brasil é a pluralidade de entidades que são cobertas pelo termo, como bem sabem os pesquisadores (REIS, 2013) há muito interessados nas “Organizações Não Governamentais” (ONGs) e como tem sido demonstrado nas diferentes edições do estudo “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil”⁶ (Fasfil).

De fato, embora as entidades participantes do LPS também apresentem diversidade entre si, especialmente no que tange aos objetivos, público alvo, estrutura, origem e percurso no campo não governamental, a maioria delas pode ser caracterizada como “entidade” ou “associação” sem fins lucrativos voltadas para o atendimento de necessidades específicas como o acolhimento e o cuidado de

6 A Fasfil é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), a partir da base de dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre) do IBGE. No site deste último, encontram-se os resultados dos estudos feitos em 2006, 2008 e 2010.

crianças, adultos e idosos em situação de extrema vulnerabilidade social e que, nos termos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são indivíduos fragilizados e vulneráveis em função do rompimento dos vínculos sociais, familiares e comunitários (BRASIL, 2005; 2009).

É possível apreender um pouco de sua diversidade a partir dos temas de projetos selecionados pelos grupos participantes do LPS: produção de um sistema informatizado de cadastro dos usuários da associação, kits de higiene e alimentação, desenvolvimento de atividades recreativas, montagem de uma estufa de hidroponia, promoção de atividade cultural com crianças, projeto de arquitetura e paisagismo para revitalização da fachada de uma instituição, criação de vídeos institucionais para organizações participantes do projeto, livros, brinquedos, criação de álbuns virtuais e promoção de atividade recreativa com idosos.

Estas são apenas as demandas selecionadas pelos grupos, uma vez que a gama de “temas” era maior e ainda mais diversa. Dado que o planejamento e a produção dos resultados devem ser realizados no intervalo das 15 semanas do curso, para que seja possível por em prática e avaliar todas as etapas de um projeto, é possível supor que boa parte das demandas escolhidas pelos grupos apresente baixo grau de complexidade, especialmente nos casos de fornecimento de objetos de consumo. Contudo, mesmo demandas simples poderiam implicar na necessidade de um prazo maior para seu atendimento devido a uma das premissas do curso: nenhum participante, isolada ou conjuntamente, poderia financiar com recursos próprios o objeto principal do projeto.

Ou seja, dentre as atividades previstas de elaboração e execução do projeto para o atendimento da demanda, recaem também o desenvolvimento de estratégias para a captação dos recursos necessários para a aquisição ou execução do objetivo final, sendo este um dos aprendizados esperados. Deste modo, em alguns casos, os grupos tiveram que estender o período de captação tendo em vista as dificuldades de alcance do montante necessário para o cumprimento da ação dentro do prazo estipulado (15 semanas). Outros, ainda, embora tenham obtido os recursos necessários no tempo previsto, acordaram com as organizações que a entrega e ou execução do objeto dar-se-ia em uma data qualquer até o fim do ano de 2015, isso em função da agenda dos participantes ou do prazo estipulado pelo fornecedor em caso de bem material.

Os grupos lançaram mão de estratégias diversificadas para a arrecadação dos recursos necessários para a aquisição dos bens e ou serviços. Em alguns casos, o que se solicitou não foram os recursos, mas a doação do bem ou serviço. Dentre as ações dos grupos para alcançar seus objetivos destacamos a ação entre amigos, a solicitação de doação junto a empresas, amigos e ou conhecidos, a realização de eventos para a arrecadação dos recursos. No caso da doação direta, isto é, quando cada pessoa mobilizada doa o objeto e não o dinheiro necessário para obtê-lo, houve grupos que solicitaram doações de conhecidos. Para este fim, as redes sociais digitais, especialmente o Facebook, foram instrumentos privilegiados. Em alguns projetos, era indispensável a doação de serviço técnico qualificado, que foi alcançado também por meio das redes dos participantes ou entre eles mesmos, como no caso do projeto de arquitetura e da criação de álbuns virtuais.

Destaca-se no rol das questões metodológicas que caracterizaram a experiência em relato a dinâmica geral dos encontros presenciais e as ferramentas empregadas no curso para a sistematização do processo ensino-aprendizagem. Os encontros presenciais estavam estruturados na exposição dos elementos que compõem um projeto e dos instrumentos que são necessários para executá-lo. Além de recursos audiovisuais como trechos de filme, charges, quadros e gráficos, recorrentemente solicitavam-se aos grupos a realização de exercícios de estruturação de algum componente do projeto. Em alguns casos, estes eram apresentados nos momentos finais do encontro e, em outros, deveriam ser continuados fora da sala de aula e devidamente integrados ao planejamento.

Em três momentos os grupos foram convocados a apresentar o projeto, seu estado atual e, ao fim, os resultados alcançados. Paralelamente ao planejamento e execução, os grupos deveriam registrar o passo a passo do projeto em blogs. Nestes, cada participante poderia acessar os documentos produzidos por seu próprio grupo e pelos demais. Além disso, o uso do registro sistemático e online das atividades ligadas

ao projeto favoreceu a organização do trabalho, o acompanhamento e a avaliação a ser feita pelo docente. Este material, acumulado na rede de computadores, funciona como base de dados para aqueles que queiram aprofundar aspectos do ensino sobre projetos ou apenas acessar as experiências vividas pelos participantes de outros cursos ministrados pelo professor responsável.

O uso da web e de seus recursos é prática do professor responsável pelo curso. Assim, todo o programa, as demandas das entidades, o material utilizado nas versões do curso para os alunos de graduação, aulas gravadas, artigos, apresentações, relatórios dos grupos e demais materiais utilizados estão disponíveis *online*⁷.

Em comparação com o curso de elaboração e gestão de projetos voltado para a graduação e com as edições anteriores realizadas em instituição privada de ensino, o Laboratório de Projetos Sociais (LPS) guarda características específicas por ter sido realizado como curso de “extensão universitária”. De um lado, isso implicou no fortalecimento da relação entre universidade e sociedade, especialmente por meio da articulação de saberes, de pessoas e de redes interdisciplinares. Por outro lado, se nos detivermos sobre a questão das territorialidades, certamente o LPS compreendeu uma ampliação da interação da universidade com agentes locais e regionais, diferenciando o papel e a função da instituição em relação ao município em que está localizada e à região mais ampla que o abarca.

No fortalecimento da relação com a sociedade, destaca-se preliminarmente não o fato de que “pessoas externas” à instituição passem a frequentar seu espaço, mas, antes, que “pessoas internas” compartilhem sua experiência formativa com um conjunto de cidadãos com anseios, experiências, visões de mundo e saberes distintos daqueles que caracterizam boa parte da comunidade acadêmica em um país fortemente marcado pela desigualdade social, expressa inclusive na diferenciação entre aqueles com e sem diploma de estudos superiores.

De fato, um rápido olhar sobre o público que participou desta primeira edição, permite constatar a presença de pessoas em diferentes faixas etárias, com formação escolar incompleta e com inserções profissionais plurais e diversificadas quando comparadas com o que é oferecido pela Eppen (por exemplo, dentre os participantes havia: assistentes sociais, arquiteta, advogada, psicólogos, pedreiro, comerciante e analista de tecnologia da informação). Em contato com essas pessoas havia uma parcela grande de alunos da própria Escola que já conheciam a metodologia empregada e que de modo espontâneo engajaram-se novamente no processo de ensino e aprendizagem proporcionado pelo curso. Ressalta-se que os doze grupos constituídos nesta edição foram compostos por membros internos e externos à universidade, sendo que em um deles houve inclusive a presença de um professor da instituição.

No que se refere à inserção da Unifesp nos territórios em que estão os novos campi, tornou-se evidente a criação e o fortalecimento de redes de práticas e de conhecimentos que superaram tanto os limites do pensamento fundamentado teoricamente, quanto os limites físicos da universidade. Isto ocorreu em função da decisão de abertura do curso para toda comunidade externa, residente ou não no município de Osasco e marcada pela pluralidade apontada acima, como também em função da rede de OSC articuladas em torno do curso pelo professor responsável. De fato, foram estabelecidas conexões locais com organizações e indivíduos situados em territórios aparentemente unificados na mancha metropolitana, mas que, no entanto, são constantemente divididos por experiências de vida e de pensamento radicalmente distintas, conflituosas e excludentes.

A presença da universidade como um ator relevante na construção de ações que produzem impacto direto sobre a vida das pessoas, tornando-se parte de suas experiências compartilhadas e, portanto, ampliando as relações e as trocas que se fazem entre professores, técnicos, estudantes e moradores da região metropolitana de São Paulo, incidem diretamente naquilo que a literatura especializada tem chamado de “governança”. Dentre as várias acepções apontadas pelo termo (Cf. STOKER, 1995), destacamos justamente a importância crescente que a interrelação entre atores governamentais e não governamentais tem assumido na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Não se trata apenas de

⁷ <http://www.gerenciadeprojetos.com>

repisar a importância genérica do papel das “redes” de indivíduos ou grupos com papel determinante nas políticas públicas em função de sua capacidade de organização, mobilização e influência de atores-chave na burocracia estatal ou ainda em momentos-chave, como o processo legislativo.

Na verdade, as tentativas mais recentes de compreensão de governança do território urbano (MARQUES, 2013) chamam a atenção para o fato de como as ações de agentes públicos e privados tem se interligado em torno de temas específicos, ampliando e modificando conjuntamente os efeitos de ações públicas e ou privadas desses agentes. Neste sentido, é preciso aventar a possibilidade de compreendermos a prática da extensão universitária, tal qual realizada no Laboratório de Projetos Sociais, como momento de fortalecimento do papel da universidade pública em ações que produzem efeitos imediatos na forma como os cidadãos de Osasco e região coordenam suas ações em torno de temas que tocam diretamente sua qualidade de vida na região. No caso específico, na forma como agentes públicos e privados dão resposta aos problemas vividos por instituições que cuidam de indivíduos em situação de vulnerabilidade.

A fim de dar exemplos a respeito do que estamos afirmando, basta lembrar alguns aspectos da recente Política Nacional de Assistência Social (PNAS), apresentada em 2004, e da organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005. Desde então, agentes públicos (governadores, prefeitos, secretários) e privados (associações assistenciais) devem coordenar suas ações no campo socioassistencial de modo que um sistema público de garantia dos direitos seja consolidado em todo país. Isto significa, entre outras medidas, a necessária superação do caráter “assistencialista”, no sentido de favor prestado aos “desvalidos” por entidades filantrópicas ou beneficentes. Para tanto, é imperioso que a assim chamada “ação socioassistencial” seja regida por regulamentos que garantam sua universalidade (isto é, que alcance indistintamente a todos que são público alvo dessas ações), continuidade, gratuidade e efetividade.

Ao fazerem parte de um sistema regido por tais princípios, as organizações da sociedade civil que atuam no setor devem adequar suas ações aos padrões determinados pela política pública de assistência social. Ou seja, devem organizar seu atendimento segundo padrões que garantam a efetivação do direito à assistência de seus usuários, com regularidade, qualidade, efetividade e publicidade no que se refere especialmente aos recursos públicos envolvidos. Isto porque o SUAS tem as entidades da sociedade civil como parceiras fundamentais na execução da política, embora um dos objetivos da PNAS seja o de aumentar a responsabilidade do gestor público no que se refere à prestação de serviços, garantindo-o quando a oferta privada é insuficiente ou inexistente.

Logo, o agente público nem sempre substitui o prestador privado. Pelo contrário, especialmente em regiões metropolitanas, as organizações da sociedade civil tornam-se imprescindíveis na organização de um sistema público garantidor dos direitos sociais. Estas, no entanto, cada vez mais dependem de financiamento público cada vez mais significativo. Reside aí um dos elementos da continuidade dessas ações, pois, ao fazerem uso de recursos regulares do Estado, assumem um caráter permanente e não esporádico.

Contudo, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, as políticas sociais de caráter universal e igualitário estão sendo institucionalizadas em um patamar inferior ao necessário para sua plena efetividade. Com a política de assistência social não tem sido diferente. Por um lado, isto implica que aqueles que fazem parte desse sistema público, como as entidades assistenciais, ainda devam apelar para a solidariedade de grupos, famílias e indivíduos dispostos a colaborar com sua ação assistencial. Deste modo, a despeito de todos os dispositivos previstos no SUAS para padronizar e regularizar a ação das OSC, estas ainda são dependentes de recursos “extras” na forma de doações voluntárias, emergenciais e esporádicas. Certamente, por meio de redes e iniciativas semelhantes àquelas que ocorreram no LPS, estas entidades podem complementar seus recursos para alcançar seus objetivos ou mesmo resolver questões insolúveis dentro do marco regulatório da atual política de assistência social, uma vez que esta não implica a transferência para entidades de recursos de capital.

Assim, ao fornecer instrumentos de planejamento e ao mobilizar redes em torno de seus problemas, a universidade passa a atuar ao lado dessas entidades, contribuindo direta e indiretamente para os desafios

colocados pela política pública de assistência social para seus agentes. Diretamente, pois põem em conexão os atores privilegiados dessas políticas (entidades) nos territórios e um conjunto de cidadãos até então pouco ou nada articulados em torno dessas questões (participantes dos cursos). Indiretamente, pois o saber e as relações mobilizadas pelos envolvidos poderão ser (re) apropriados para a solução de questões postas pela gestão de seus serviços e de política socioassistencial. E aqui novamente é preciso mencionar que a “governança da política de assistência social” no território urbano passa a envolver complexas interconexões entre agentes situados de modo distinto em relação aos detentores dos direitos socioassistenciais, como em relação aos demais agentes desta política.

Em nossa realidade, os saberes produzidos na universidade são continuamente apropriados por uma pequena parcela da população que pode acessá-lo via mercado de trabalho. De fato, embora o conhecimento científico seja capaz de provocar uma série de externalidades com impacto positivo sobre a vida de pessoas e comunidades, é também verdade que muito daquilo que é incorporado como saber por profissionais altamente qualificados em universidades financiadas com recursos públicos acaba por ser fonte direta de elevadas taxas de lucro em organizações privadas. Nestas, especialmente nas mais dependentes de conhecimento especializado, tal como aquele baseado em avanços recentes da ciência e da tecnologia, a atividade de ensino-aprendizagem vincula-se, ainda que com as mediações necessárias, às possibilidades de enriquecimento das organizações e de seus proprietários. Deste modo, parcelas dos saberes gerados e mantidos em nossas instituições de ensino são continuamente “seqüestrados” e distanciados de boa parte daqueles que financiam direta e indiretamente a atividade intelectual.

A nosso ver, dentre os objetivos de cursos de extensão como o LPS está justamente o de reversão deste quadro por meio da integração dos saberes da universidade à vida das pessoas e organizações, de modo independente ao seu poder de compra no mercado. A partir da extensão universitária gratuita e aberta para a comunidade, o conhecimento técnico-científico retorna aos territórios inseguros, segregados e insalubres de nossas cidades. Além disso, por meio do trabalho e aprendizado coletivo em torno das urgências da vida daqueles que são acolhidos e cuidados por entidades e associações de auxílio, a universidade chega à periferia do universo social, ou seja, àqueles indivíduos e posições mais distantes daquelas mais privilegiadas das sociedades capitalistas. De fato, não se trata de mera “reforma” de práticas assistencialistas, como supostamente poder-se-ia classificar tal atividade. Ao contrário, trata-se do encontro e da possibilidade de renovação de práticas que estão na base do auxílio e cuidado para com aqueles que ocupam as franjas do mundo do trabalho e, por conseguinte, do mundo social, político e econômico (Cf. CASTEL, 2001). Nestas instituições genericamente classificadas como “assistencialistas”, vive-se muitas vezes com aquilo que sobra, com o que é destinado à doação, com o mínimo garantido por financiadores privados e ou públicos, dado que qualquer montante superior pode configurar “desperdício” ou fomenta à “dependência assistencial”.

Assim, dado a “ideologia de sucesso” que os cercam por todos os lados, nada mais propício para a qualificação do processo formativo de futuros administradores, atuários, contabilistas, economistas e internacionalistas do que a experiência de pô-los em contato com alternativas de sobrevivência baseadas no empreendedorismo social, na solidariedade, na reutilização, na redução do desperdício, na valorização da troca gratuita e de redes de cooperação.

4. Conclusão: resultados, desafios, aprendizados

Os resultados da experiência são múltiplos, como já deixamos transparecer ao longo deste relato. Do ponto de vista formal, dos doze projetos, nove alcançaram plenamente o objetivo do curso, isto é, planejaram e executaram um projeto cujo resultado foi a entrega de um produto ou serviço demandado por uma entidade participante. Assim, foi possível responder aos anseios individuais e coletivos envolvidos na experiência, isto é, os anseios por aprendizagem e aqueles referentes às necessidades das instituições. Além disso, é possível afirmar que a experiência colabora com o fortalecimento das instituições graças à manutenção e expansão dos vínculos com parceiros e colaboradores. Do mesmo modo, a universidade amplia sua inserção na sociedade, tornando-se um agente ainda mais relevante no contexto social,

político, econômico e territorial da região metropolitana de São Paulo. Destaca-se ainda que esta inserção se faz de modo não tradicional, isto é, não apenas como fornecedora de mão de obra altamente qualificada, mas também como de disseminação e de reelaboração de saberes específicos. Em relação ao LPS, isto significou que as técnicas e metodologias de gestão de projetos passem a afetar, independente de sua intensidade, as práticas daqueles que estão envolvidos ou pretendem envolver-se em ações estruturadas ao redor de questões sociais e de interesse coletivo.

Como desafio destacou-se um significativo índice de abandono do curso (cerca de um a dois membros por grupo) ao longo de toda sua duração, o que implicou na sobrecarga de trabalho para aqueles que continuaram até o fim da execução dos projetos. Apenas três grupos não conseguiram entregar o produto ou serviço esperado, admitindo que o projeto não alcançou os objetivos visados. Contudo, mesmo nestes casos, considerou-se que foi bem sucedido o processo de ensino e aprendizagem em torno das técnicas e habilidades voltadas para o planejamento e execução de projetos. Do ponto de vista formal, exigiu-se frequência de 75% nos encontros presenciais, além de um grande engajamento junto ao grupo a fim de que o projeto pudesse ser executado.

Outras questões desafiadoras como ausência de compromisso de um ou mais membros do grupo, dificuldades na arrecadação dos recursos, inabilidade na gestão da duração das várias etapas que compunham os projetos, problemas na comunicação interna ao grupo e com os representantes das entidades, dificuldade de agenda dos participantes, entre outras apareceram pontualmente em um ou mais grupos. Do ponto de vista pedagógico, todas essas questões permitiram aos envolvidos a experiência de algo bastante próximo ao que ocorre na vasta realidade de elaboração e execução de projetos em ambientes corporativos ou não.

Por último, as 15 semanas previstas para a seleção, planejamento e execução do projeto foram consideradas insuficientes, embora também este aspecto seja comumente apresentado como fonte de problemas para todos aqueles que já tiveram a oportunidade de gerenciar projetos. Logo, mais uma vez, nada mais próximo à realidade do que a experiência feita no Laboratório.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João A. Arantes & MATSUSAKI, Cristina T. Motohashi. **The dynamics of connecting universities, non-governmental organizations and community members by means of academic projects directed at people in need**. Educational Action Research, v. 25, p.1-20, 2016.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. Brasília, DF: SNAS/MDS, 2005.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS/SNAS, 2009.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. 3ª Edição [1ª Edição 1998]. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOLOIAN, Alexandre J; GONZAGA, Leila & DUARTE, Ligia S. **O emprego e a mobilidade do trabalhador na Região Metropolitana de São Paulo**. 1ª Análise Seade, nº 04, julho de 2013. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/>>. Acesso em 14/10/2016.

MAGNANI, José Guilherme C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, nº 49, p. 11- 29, 2000.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

_____. **Government, political actors and governance in urban policies in Brazil and São Paulo: concepts for a future research agenda**. Brazilian Political Science Review. Vol 7, nº 3, pp. 08-35, 2013.

REIS, Elisa P. ONGS. **Novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FUNDAÇÃO SEADE. **O mercado de trabalho intrametropolitano nos últimos 30 anos.** Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). 30 anos. São Paulo: SEADE; DIEESE, julho de 2015. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/>>. Acesso em 14/10/2016.

STOKER, Gerry. **Governance as theory: five propositions.** International Social Science Journal. Vol. 50, nº 155, pp. 17-28, 1998.

UNIVERSIDADE. Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Política, Economia e Negócios – Campus Osasco. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/campus/osa2/>>. Acesso em 04/12/2015.